



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº /2011
(do Sr. Cláudio Puty)

Requer a realização de Ciclo de Conferências com representantes de organizações governamentais e não governamentais para debater sobre Reforma Tributária.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 255, do Regimento Interno, que seja submetido ao Plenário desta Comissão, a realização de um ciclo de conferências composto por quatro audiências públicas para tratar da Reforma Tributária e que sejam convidados representantes abaixo listados.

1º audiência pública

Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega ou representante por ele indicado;

2ª audiência pública

Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM);

Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo; e

Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário de Estado da Fazenda do Ceará.

3ª audiência pública

Senadora Katia Abreu, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);

Sr. Pedro Delarue, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco); e

Sr. Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

4ª audiência pública

Sr. Luiz Barretto, Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Sr. Claudio Hamiltom dos Santos - economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Sr. André Arthur Cavalcanti – economista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa tem o objetivo de ampliar o debate em torno do das grandes questões relacionadas à necessidade de aperfeiçoamento do arranjo institucional do sistema tributário nacional, em especial: ao grau de equidade do sistema tributário, a desoneração dos investimentos, aos créditos tributários, a desoneração da folha de pagamento, a tributação sobre valor adicionado, as micro e pequenas empresas, a desoneração das exportações, e ao equilíbrio fiscal horizontal e vertical do arranjo federativo brasileiro.

Sala da Comissão, em de abril de 2011.

Deputado CLÁUDIO PUTY
(PT/PA)